Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

CONSCIÊNCIA NEGRA

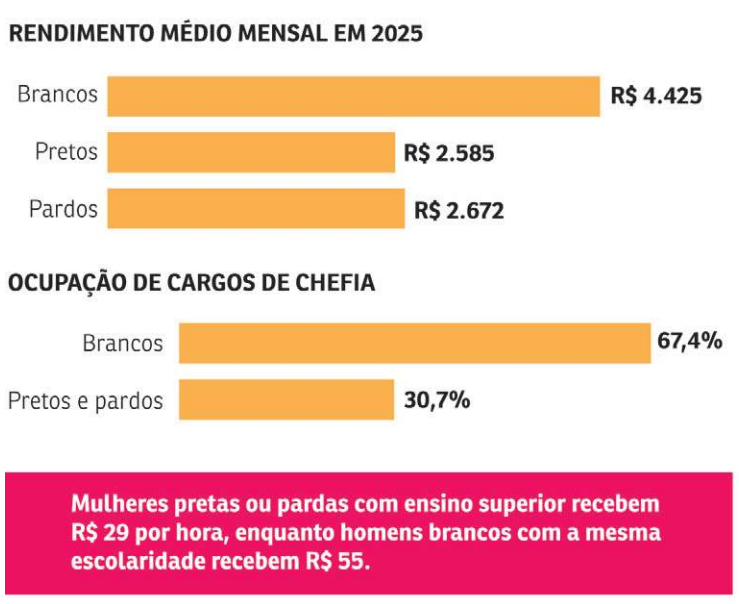
Desigualdade racial prevalece no Brasil

Nova edição de pesquisa do IBGE mostra que pretos e pardos ainda têm menor renda e estão mais expostos à violência

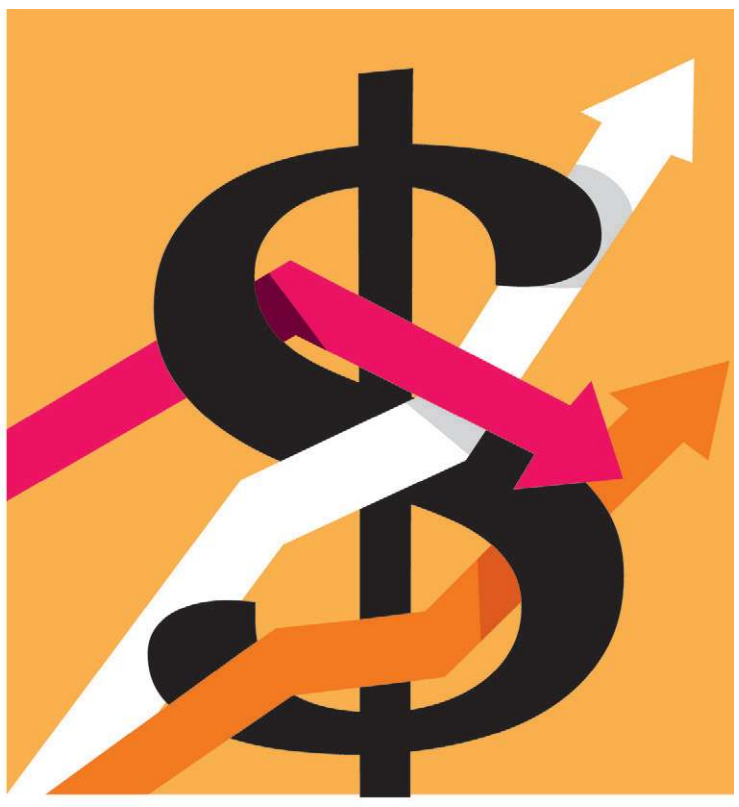
» MARIANA GARCIA*

Sustento

No mercado de trabalho, a desigualdade racial ainda é grande, como mostra pesquisa divulgada ontem pelo IBGE. Mesmo sendo maioria na população, negros ganham menos do que brancos e ocupam menos cargos de chefia.



Fonte: IBGE



"Mesmo quando pessoas negras alcançam níveis semelhantes de escolaridade e qualificação em relação às pessoas brancas, ainda podem enfrentar barreiras para acessar as mesmas oportunidades e condições salariais"

Babalawô Ivanir dos Santos, *historiador*

A desigualdade racial é uma triste realidade no Brasil, e continua marcando renda familiar, exposição à violência, condições de moradia e acesso à educação. O cenário foi detalhado, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou a terceira edição da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, com dados referentes a 2025.

No mercado de trabalho, a disparidade é expressiva. O rendimento médio mensal de pessoas brancas na atividade principal foi de R$ 4.425. Entre as pessoas pretas, o valor ficou em R$ 2.585 e, entre as pardas, em R$ 2.672. A maior diferença ocorre entre pessoas com maior instrução, que completaram o ensino superior. Nessa faixa, segundo o IBGE, mulheres pretas ou pardas recebem, em média, R$ 29 por hora trabalhada, pouco mais da metade do que recebem homens brancos, com R$ 55 — destacando a relação entre a desigualdade de raça e a de gênero.

O mesmo acontece quando se fala em informalidade, que atingiu um total de 39.8% do total da força de trabalho em 2025. Entre os brancos, a taxa é de 33,4%, mas aumenta para pretos e pardos: 42,6% e 45,4%, respectivamente. Aqui, novamente, mulheres pretas ou pardas apresentam o maior valor, e 45,5% delas estão em empregos informais.

Embora os negros representem 55,1% da população ocupada, eles estão em apenas 30,7% dos cargos de chefia. Já os trabalhadores brancos, que correspondem a 43,8% dos ocupados, concentram 67,4% desses postos.

As diferenças de raça, contudo, também atingem outras áreas da sociedade. Por exemplo, a segurança pública, especialmente os índices de homicídios. Do total de 42,6 mil execuções registradas no país no ano passado, 71,3% tiveram homens pretos ou pardos como vítimas. O percentual foi quase quatro vezes maior que o registrado entre homens brancos, que representaram 18,4% dos casos. A diferença por raça também ocorre entre as mulheres. Pretas e pardas foram 5,8% das vítimas, e as brancas, 2,5%.

Condições de moradia seguem a mesma tendência. Em 2025, 74,8% da população branca vivia em domicílios com acesso simultâneo a abastecimento de água, coleta de esgoto e coleta de lixo. Entre pessoas pretas, o índice era de 67,6%. Já entre pardas, caía para 58,7%.

Desde cedo

No ambiente escolar, as disparidades já podem ser observadas na conclusão do ensino médio. Segundo o relatório, 84,7% dos jovens brancos de 15 a 17 anos cursavam ou já haviam concluído essa etapa. Entre os pretos, o percentual era de 76,7% e, entre os pardos, de 77,8%. Já no ensino superior, entre brancos de 18 a 24 anos, 39,6% cursavam ou já haviam concluído uma graduação. A proporção era de 19,9% entre pretos e 22,4% entre pardos. Considerando a população com 25 anos ou mais, 26,3% dos brancos tinham diploma de graduação. O percentual era menos da metade entre pessoas pretas (11,7%) e pardas (12,2%).

Chama atenção ainda a diferença nas taxas de analfabetismo. Segundo o IBGE, 7% das pessoas pretas e 6,3% das pardas não sabem ler nem escrever, mais do que o dobro das brancas, com 2,8%. O estudo ressalva, porém, que a situação é outra para os mais jovens. Nas faixas de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, as taxas não passam de 0,6% para todos os grupos.

Para o historiador Babalawô Ivanir dos Santos, a permanência dessa desigualdade está relacionada ao processo histórico de exclusão da população negra. Segundo ele, a escravidão e a ausência de políticas efetivas de integração após a abolição, em 1888, limitaram o acesso à educação, à propriedade e às oportunidades profissionais ao longo das gerações.

O historiador ressalta, ainda, que a escolaridade, por si só, não elimina essas diferenças. "Mesmo quando pessoas negras alcançam níveis semelhantes de escolaridade e qualificação em relação às pessoas brancas, ainda podem enfrentar barreiras para acessar as mesmas oportunidades e condições salariais", destaca.

Renda dos negros é menor em 95% do país

» BEATRIZ VASCONCELOS*

Em 95% dos municípios brasileiros, a renda média da população branca supera a da negra, com uma diferença média de 32%. Os dados são do Atlas Étnico-Racial da Desigualdade no Brasil, divulgado ontem pela Defensoria Pública da União (DPU) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo a publicação, a desigualdade na contribuição para a Previdência foi destaque em todas as 27 unidades da federação. Cerca de 37,7% dos trabalhadores ocupados pretos e pardos não contribuem, contra 26,7% dos brancos. Além disso, o levantamento traz dados sobre a população quilombola e revela que 87,4% vivem fora de territórios delimitados.

A publicação reúne 192 mapas que detalham as desigualdades entre as populações branca, negra, indígena e quilombola no país em diferentes âmbitos, com dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Único em 2025.

Para a defensora pública-geral federal, Tarcijany Linhares, o Atlas funciona como uma bússola para identificar territórios com maiores vulnerabilidades e, assim, aprimorar a atuação da Defensoria Pública da União. Ela ressaltou que as evidências já vêm orientando ações da instituição.

Desenvolvimento

"O Atlas vai nos permitir escolher, com base em evidências, os territórios prioritários da nossa atuação. Levar a Defensoria onde a desigualdade racial se concentra é dar cumprimento concreto à promessa constitucional de igualdade.

O chefe do PNUD no Brasil, Claudio Providas, por sua vez, destacou que o lançamento do Atlas acontece em um momento muito significativo para o país. Ele lembrou que, apesar de o Brasil ter atingido um patamar de desenvolvimento humano de nível "muito elevado", esse avanço esconde outra realidade quando se ajustam esses índices de desenvolvimento humano por raça, gênero ou território, registrando uma queda de 20%.

No mesmo evento, a DPU anunciou o lançamento do Curso de Heteroidentificação Étnico-Racial pela sua Escola Nacional da Defensoria Pública da União. A iniciativa visa capacitar os avaliadores da pasta para assegurar que as vagas de cotas raciais em concursos e seleções cheguem efetivamente às pessoas a quem se destinam.

***Estagiárias sob supervisão de Victor Correia**

VIOLÊNCIA

Protesto após ataque a professor

Uma manifestação marcada para as 17h de hoje vai cobrar justiça pelo professor André Luís de Oliveira, de 42 anos, espancado por um grupo de homens no centro do Rio de Janeiro depois de ter impedido e denunciado agressão contra uma mulher.

O ato é organizado pelo diretório acadêmico estudantil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), onde André Aires, como é conhecido, cursa uma segunda graduação, de teatro. Ele é formado pela Universidade de Brasília (UnB), e morou por mais de uma década na capital federal.

Professores, estudantes e artistas vão realizar o protesto no mesmo lugar onde ocorreram as agressões.

O caso ocorreu no último domingo, à luz do dia e no meio da rua, nas proximidades da Praça da Cruz Vermelha. André passeava com o cachorro, ao lado do namorado, quando presenciou uma mulher sendo agredida e decidiu intervir, gritando por ajuda e tentando cessar o ataque.

Uma viatura da Polícia Militar que passava no local encerrou o confronto, e a mulher alvo da violência conseguiu fugir do agressor, identificado como Victor Hugo de Araújo Palmeira.

Porém, assim que os policiais deixaram o local, Victor incitou um grupo de homens a atacar André.

Reprodução / Redes Sociais



André Aires segue em coma induzido após ser espancado no Rio

Imagens divulgadas pela prefeitura do Rio mostram que a agressão começou apenas 11 segundos após a saída dos militares.

O professor tentou fugir e pediu ajuda em um bar próximo, mas levou sucessivos golpes, como socos e chutes. Ele sofreu traumatismo craniano, perfuração no pulmão e múltiplos ferimentos. Além disso, foi alvo de ofensas homofóbicas e xingamentos.

Victor Hugo foi preso em flagrante por tentativa de homicídio. A Polícia Civil do Rio de Janeiro investiga a participação de outros agressores. Imagens de câmeras de segurança mostram ao menos dois outros homens participando do ataque, mas testemunhas falam em seis suspeitos.

A defesa de Victor Hugo afirma que o suspeito tentou conter a mulher após saber que ela estaria, supostamente, cometendo roubos contra moradores do local. Ao ver André tentando intervir, acreditou que o professor estava acobertando a mulher e também o agrediu. Os advogados negaram que o suspeito conheça os outros homens envolvidos no ataque.

Estado grave

O professor foi internado no Hospital Municipal Miguel Couto, na zona sul da cidade. Ele chegou à unidade em estado grave, mas, segundo o último boletim médico, o quadro é estável e o paciente segue sedado e intubado, em coma induzido.

A equipe médica aguarda a reação de André até hoje para decidir os próximos passos do tratamento.

André Aires tem 42 anos e é professor de incentivo à leitura na rede municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Atuou ainda como substituto na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Pessoas próximas a ele também buscam acesso às imagens de câmeras de segurança dos estabelecimentos da região, que podem ajudar a esclarecer o crime. (**Com informações da Agência Brasil**)